

MATRIZ PSICOLÓGICA DA EPISTEME NEOLIBERAL

Marcia Fogaça, Mario Senhorini, Paulo Beer, Pedro Ambra
Coordenador: Prof. Nelson da Silva Jr

Introdução

Se usualmente o neoliberalismo é apresentado simplesmente enquanto uma doutrina econômica relativamente uniforme, o alcance e a diversidade de empregos possíveis do predicado “neoliberal” indica que seria um erro considerá-lo somente nesses moldes. Ao contrário, ao se abordar um tema tão extenso quanto o *neoliberalismo*, é necessário ter em conta que se conjugam sob este significante um conjunto extremamente diverso de ideias, teorias econômicas, diretrizes políticas e apropriações culturais. Tem-se assim, por um efeito retroativo, mais do que um sistema teórico que auxiliaria na organização das relações econômicas, o emprego de uma racionalidade que não só se faz presente em outras áreas, como também ultrapassa a dimensão teórica e tem presença incisiva na determinação de modos de individuação e socialização, sendo assim responsável pela criação de formas de vida.

Nesse sentido, não somente deveríamos reconhecer efeitos da implementação de políticas neoliberais nas vidas e na cultura, como também seria possível circunscrever uma relação de necessidade entre uma “superfície” mais imediata (que se mostra na defesa e aplicação de teorias e técnicas diretamente provenientes de, ou que visam explicitamente questões econômicas), e um “corpo” menos explicitado em que poderíamos encontrar, entrelaçado com essas questões, um repertório de teorias psicológicas, epistemológicas, sociológicas etc., que dariam sustentação (e, concomitantemente, seriam sustentadas) por aquelas mais explícitas. O objetivo deste trabalho é apresentar essa hipótese a partir da análise de três autores referenciais, tendo como foco a matriz psicológica que estaria presente em seus desenvolvimentos direcionados à teoria econômica.

Desse modo, abordaremos a obra de Friederich Hayek, em cuja obra podemos reconhecer, em poucas palavras, uma clara matriz psicológica que representa a base epistêmica de uma filosofia política, na qual sua teoria do conhecimento de base biológica dará origem a uma defesa da não interferência estatal na ordem econômica. Hayek mostra-se um autor interessante não somente por sua importância no campo da economia (ganhador de prêmio Nobel), mas também por ter se dedicado, a partir de uma base conceitual comum, a diversas áreas, como direito, teoria do estado, etc.

Junto com ele, faremos uma breve apresentação da filosofia de Ayn Rand, cuja obra contém

uma matriz psicológica que constitui a base de uma teoria do interesse racional como garantia de uma organização espontânea da sociedade, desde que cada um siga o valor máximo de preservação da vida e da propriedade com o objetivo último de alcançar a felicidade, ou seja, seus interesses individuais. Para Rand, a felicidade, colocada nesses termos, só é possível no sistema capitalista orientado por princípios racionais e objetivos onde o egoísmo racional pode evitar todo sofrimento que advém da moral altruísta própria dos sistemas coletivistas.

E, finalmente, trataremos de Gary Becker. O mais recente dos três autores, também ganhador de um prêmio Nobel, tem sua obra marcada por uma matriz psicológica que se reduz a um pressuposto formal (aplicável a virtualmente qualquer sistema dinâmico, como uma família, uma empresa, etc.), aquele da *maximização da utilidade*, que será aplicado em uma série de estudos empíricos do comportamento humano (crime, investimento da educação dos filhos, casamento, preconceitos, etc.). Trata-se aqui da novidade do pensamento de Becker: a expansão da teoria econômica à problemas que tradicionalmente não estavam dentro do seu escopo. Sua abordagem dos comportamentos humanos é, nesse sentido, uma radical tentativa de criação de modelos matemáticos dos padrões de comportamento sociais a partir da premissa de escolhas racionais em condições de recursos escassos.

Friedrich Hayek

Nascido em Viena, Friedrich Hayek é um dos principais autores da vertente econômica conhecida como neoliberalismo. Professor de universidades como London School of Economics e Universidade de Chicago, Hayek iniciara sua produção após a primeira guerra mundial, defendendo a ideia de que era necessário produzir um conhecimento para que os mesmos erros que levaram à guerra não se repetissem. Após a segunda guerra, publica seu principal livro, *O caminho da servidão* (1952/2010), na qual ele aponta uma inevitabilidade entre excesso de intervenção do estado em situações sociais complexas e o estabelecimento de regimes autoritários. Tal ideia é embasada em estudos econômicos anteriores, nos quais se defende que a intervenção excessiva do estado na economia restringe a capacidade adaptativa dos indivíduos.

Desse modo, Hayek entendia que o Estado deveria limitar-se a garantir o bom funcionamento da livre concorrência, definindo regras universais que funcionariam como meios de garantir as condições necessárias para o funcionamento da ordem econômica e nunca enquanto uma finalidade em si. O Estado, portanto, não poderia definir a finalidade das ações dos indivíduos ou de suas organizações, mas apenas estabelecer a mediação entre interesses conflitantes e prevenir que

determinado grupo social possa prevalecer sobre outro grupo e assim impor seus interesses. Assim, dentro desse escopo de mínimas responsabilidades, é fundamental que o governo possa garantir a existência do livre-mercado e da livre-concorrência, garanti-las é assegurar que a economia se regule por ela mesma, uma vez que é desse modo que grupos sociais menos expressivos economicamente teriam a possibilidade superar grupos economicamente mais fortes. Nessa mesma lógica, de garantir os meios e não de determinar os fins, outra importante função do Governo é a proteção das liberdades individuais, isto é, assegurar que os indivíduos possam agir unicamente motivados por seus interesses próprios - retomaremos essa questão mais adiante no texto. Tal conceito de liberdade e a necessidade de sua defesa radical é fundamental tanto para o funcionamento da ordem social e econômica prescrita por Hayek.

Por outro lado, é notória a centralidade da teoria psicológica de Hayek nesses desenvolvimentos. Embora esta tenha sido bastante ignorada, podemos nela reconhecer não somente uma extensa literatura produzida nos anos 1930 e 1940, mas também a base das teorias econômicas de Hayek, tanto posteriores como anteriores. É o que vemos em seu livro mais fortemente dedicado à questão psicológica, *The sensory order*: o autor afirma que ele tem sua base em um estudo realizado no início dos anos 1920 - muito embora tenha sido publicado apenas em 1952 (próximo à *O caminho da servidão*).

O autor apresenta o objetivo do livro como “conhecer o tipo de processo pelo qual uma dada situação física é transformada em uma certa figura fenomenológica” (Hayek, 1952, p.7). Entretanto, como veremos, todo o trabalho realizado neste livro é atravessado pela sempre presente ideia da limitação do conhecimento, de que a mente humana é logicamente impossibilitada de conhecer, de modo satisfatório, a própria mente humana. Essa ideia, segundo o autor, não deve ser aplicada somente à psicologia, mas a todo tipo de conhecimento sobre situações sociais complexas.

Segundo Hayek, a mente deveria ser entendida como o resultado de um processo evolutivo com duas bases gêmeas: uma diz respeito a uma base física (do cérebro), que se desenvolveria a partir de um processo evolutivo; a outra, seria ligada ao ambiente e às experiências particulares das pessoas, que faria essa primeira base física evoluir em caminhos específicos, resultando em diferentes modos de percepção. Assim, a função da mente seria funcionar como um processo de classificação: para que os dados sejam classificados, é necessário que eles sejam compreendidos como diferentes entre si, e seria justamente essa a ação realizada: um processo que criaria e estabilizaria as diferenças reconhecidas em diferentes sensações. Os processos de classificação seriam selecionados a partir da interação com o meio, sobrevivendo aqueles que se mostram melhor

adaptados aos eventos externos.

Para ilustrar, o autor propõe uma metáfora: existiria um “mapa”, referente a conexões e ligações neuronais semipermanentes, algo como uma estrutura física de classificação que determina o modo de funcionamento das funções mentais; e também um “modelo”, que corresponde ao “padrão de impulsos que é traçado a qualquer momento junto com a rede de canais semipermanentes estabelecida” (Hayek, 1952, p.114), sendo atravessada e derivada da situação específica em que o indivíduo se encontra.

Desse modo, retoma-se que a função da mente seria justamente de classificar e ordenar as sensações, de onde o título do livro *The sensory order*. A mente seria, portanto, não responsável por construir interpretações da realidade, mas seria, ela mesma, uma interpretação da realidade. O que é central para o autor, é que esse entendimento coloca um limite incontornável, e que deve ser retomado a todo tempo, sobre a possibilidade de construção de conhecimento. Como ele afirma:

“Qualquer aparato de classificação deve possuir uma estrutura de maior grau de complexidade que aquela possuída pelos objetos que ela classifica... portanto, a capacidade de qualquer agente explanatório deve ser limitada a objetos com uma estrutura que tenha um grau menor de complexidade que o seu próprio.” (p. 185)

Desse modo, existe sempre um limite para aquilo que o cérebro humano pode conseguir enquanto explicação. O melhor que se pode fazer, portanto, é entender algumas regras de funcionamento da mente, e estabelecer alguns princípios de funcionamento, que incluem, em seu centro, as limitações do saber que pode ser produzido. Nesse sentido, a mente seria um conjunto de expectativas sobre o mundo, sendo que o mapa “sustentaria” o modelo em que os dados sensórios seriam classificados. A construção do mundo seria assim, antes baseada em teorias do que em fatos, uma vez que consiste num processo de classificação e de construção de expectativas. Desse modo, as expectativas seriam, a todo tempo, testadas, e se adaptariam constantemente. Não somente as expectativas se adaptam, mas também o processo de classificação - o aparato mapa/modelo: assim, por um lado tem-se o modo como os indivíduos aprendem com os próprios erros; por outro, o fato de que parte do “saber” que opera não se encontra permanentemente sistematizado, mas se precipita nas situações, de modo que:

se podemos apontar que é basicamente impossível afirmar ou comunicar todas as regras que governam nossas ações, incluindo nossas comunicações e afirmações explícitas, isso implicaria uma limitação inerente de nosso conhecimento explícito possível... (Hayek, 1967. p. 60)

Retomando a breve descrição que fizemos no início sobre suas teorias econômicas, vê-se, portanto, uma grande proximidade entre elas e sua matriz psicológica, como defende Horwitz: a limitação do conhecimento humano explícito seria a base psicológica que dará sustentação às teorias econômicas e sociais do autor. Tal defesa reside na constatação de que, para Hayek, situações sociais complexas demandam o uso de um conhecimento amplamente não explicitado, conhecimento descrito pelo autor como tácito e circunstancial. Essas situações funcionariam como o resultado da interação de expectativas com sucessos e fracassos, e que a possibilidade de se reformular as expectativas a partir dos erros é essencial. Mais que isso, a complexidade dessas situações implica que grande parte do conhecimento envolvido não somente é tácito e circunstancial, como também muitas vezes não conscientemente conhecido, nem comunicável.

A transposição dessas ideias para o plano econômico deve ser entendida com duas referências. Por um lado, elas ganham força em um debate realizado pelo autor com economistas que defendiam a planificação econômica, em especial Lange, a partir de uma base que consideraria a economia como um campo totalmente explanável e, portanto, previsível. Essa base, apontada por Hayek como a fundamentação da planificação econômica, será por ele atacada justamente por sua inconsistência epistêmica, apresentando o argumento do limite do conhecimento, ou de certa irracionalidade presente nas tomadas de decisão: imprevisíveis, muitas vezes não conscientes, resistentes à sistematização em um saber. Criar um sistema que se crê suficiente para planejar uma situação tão complexa é apontado por Hayek como ignorância dos limites da própria mente humana. O resultado disso, segundo o autor, seria a construção de situações artificiais nas quais sempre haveria um desencontro entre aquilo que se pressupõe necessário e o que realmente é, de modo que o entendimento de poucos seria generalizado para outros indivíduos e situações, contrariando o modo como se constrói não somente o conhecimento, mas não observando essa sutileza do funcionamento da mente humana, em que, como dito anteriormente, ela não apresenta uma interpretação da realidade, mas em que a mente é, ela mesma, essa interpretação. Segundo o autor, tal inobservância teria um caráter irremediavelmente autoritário, e teria como efeito a construção de regimes autoritários, como defende em *O caminho da servidão*.

Mais especificamente, Hayek aponta tais situações como incompatíveis com processos de adaptação e aprendizagem, uma vez que os erros não seriam assimilados pelo sistema mapa/modelo, produzindo uma estagnação. Nesse ponto, encontra-se finalmente a *defesa do livre mercado, como justamente o melhor jeito de garantir um ambiente de aprendizagem e adaptação, uma vez que as*

expectativas construídas anteriormente seriam, a todo momento, colocadas à prova, demandando uma fluência não somente própria da, mas também benéfica à mente humana. Nessa defesa, não podemos deixar de notar a influência de Mises, apontado pelo próprio Hayek como uma influência importante por sua teoria do valor monetário.

Retomando, então, o caminho até agora percorrido, pode-se resumir que para Hayek, uma vez que a mente humana não pode nunca ser exaustivamente descrita ou conhecida, tampouco podem os processos econômicos, uma vez que partilham dessa mesma limitação de serem estruturados por um sistema complexo demais, que abrange conhecimentos tácitos, imprevisíveis, não conscientes e não comunicáveis. Frente a isso, o que se defende é que o mercado seria um ambiente de aprendizagem e adaptação, na qual a acomodação das expectativas em contato com uma realidade sempre mutante faria com que os erros pudessem ser assimilados de modo produtivo pelos “empreendedores”, relegando assim o protagonismo ao indivíduo, e não ao Estado. Nesse ambiente, aqueles com maior capacidade de aprendizagem e adaptação teriam mais sucesso, considerando que essas capacidades passam por habilidades particulares, que respondem à individualidade de cada um. *Ter isso como referência seria, portanto, um modo de construir um meio social melhor, uma vez que não haveria o processo de imposição de desejos ou de pensamentos sobre os outros indivíduos.* Para tanto, a principal função do Estado seria justamente assegurar o mercado e a livre concorrência, baseando-se na constatação da limitação da possibilidade de produção de um conhecimento que possa planejar com sucesso a economia ou qualquer outro tipo de relação complexa entre os indivíduos.

Essa concepção de indivíduo e de funcionamento da mente humana, como dito, atravessa a obra econômica do autor. Em outro trabalho, *Individualism and Economic Order*, uma coletânea de artigos escritos entre os anos 30 e 40 e publicado pela primeira vez em 1948, observamos que esta é uma ideia central que guiara a forma com que Hayek comprehende a ações dos indivíduos na ordem econômica:

Essa é a limitação constitutiva dos conhecimentos e dos interesses humanos, o fato de que o homem não pode saber mais do que uma pequena parte do todo da sociedade e que então tudo que pode entrar em suas motivações são os efeitos imediatos que suas ações terão na esfera que ele conhece. (p.14)

Dessa forma, por não poder conhecer mais do que uma pequena parte da sociedade, o homem consegue apenas observar as consequências imediatas de suas ações, sendo capaz de se engajar, de fato, apenas com questões que estão no seu restrito campo de percepção. Também por essas mesmas restrições, é igualmente impossível para o indivíduo saber o que é melhor para outro indivíduo, de

modo que tal pretensão deve ser completamente abandonada. Assim, os homens devem agir guiados exclusivamente por seus interesses próprios, uma vez que esse é o limite do que são capazes de saber - cada homem sabe apenas o que é melhor para si mesmo.

É com base no que foi dito acima que ele localiza o “amor próprio” como sendo o motivador universal das ações humanas, noção que é fundamental para sua teoria do individualismo. É mister destacar que dentro dessa categoria de “amor-próprio”, e do que pode ser classificado enquanto “interesse próprio” (ele não faz distinção entre esses dois termos), pode-se localizar qualquer coisa que pertença a essa reduzida parte da sociedade que o indivíduo é capaz de conhecer. Dito de outro modo, agir em interesse próprio para um indivíduo pode ser agir em nome de sua comunidade local, de sua família e etc. É desse modo que o economista procura desvincular sua ideia de individualismo de uma noção de puro egoísmo, já que na primeira categoria pode-se colocar qualquer coisa que é importante para o indivíduo - a limitação, portanto, de sua categoria de interesse próprio não está no fato do indivíduo ser capaz de se importar apenas consigo mesmo, mas sim em sua limitação de conhecer, e portanto, de se engajar verdadeiramente com algo que está distante de sua experiência imediata.

Para Hayek (1948), essa constatação corrobora com outra central descoberta da teoria econômica: o indivíduo, quando deixado livre para agir baseado unicamente em seu interesse próprio, ao trabalhar em conjunto com outros indivíduos também motivados unicamente pelo amor próprio, é capaz de realizações que transcendem o que seria possível de se atingir pela via da razão: “por meio dos efeitos combinados de ações individuais, nós descobrimos que muitas das instituições nas quais as conquistas humanas repousam surgiram e funcionam sem um projeto ou uma mente condutora” (p. 06). É nesse fundamento que ele defenderá que outra função do estado é a de garantir a possibilidade da associação livre entre os indivíduos, isto é, que estes possam se organizar livremente guiados exclusivamente por seu interesse próprio.

No entanto, esse modelo de engajamento guarda algumas dificuldades para a estruturação da ordem econômica. Hayek coloca que o real desafio estaria em como fazer com que estas livres associações locais de indivíduos, organizadas a partir de motivações que só são reais quando limitadas ao estrito campo que o homem é capaz de conhecer, poderiam se tornar ações que reverberassem em questões que estão fora tanto de seu campo de interesse como de conhecimento. Novamente aqui, outra novidade que surge no campo da teoria econômica será extrema importância. O que se constata é que o mercado, a partir de seu crescimento de seu alcance em escala global, é capaz de operar enquanto uma instância intermediária. Ele se torna um instrumento capaz de fazer

com que o homem, ao agir localmente, sem o saber, contribua com algo que é muito maior e mais complexo do que ele jamais seria capaz de compreender e com uma efetividade que lhe seria impossível se o fizesse intencionalmente, isto é, racionalmente.

Portanto, a limitação da possibilidade do saber humano e sua decorrente impossibilidade de conhecer, em sua totalidade, o funcionamento tanto da ordem social quanto da econômica, guiará não apenas a forma com que o autor irá compreender os indivíduos, mas também será a base para a estruturação do modelo econômico que considera ideal. Dessa forma, uma vez que é impossível impor um funcionamento racional à economia, também não seria possível fazer com que o homem possa compreender melhor o funcionamento da totalidade social, e toda estruturação de seu modelo econômico estará guiado pela preservação e potencialização dessas que são características naturais do homem.

Ayn Rand

Ayn Rand nasceu em 1905 em São Petersburgo. Aos 13 anos viu a revolução russa acontecer e decidiu “dedicar a sua vida à libertação dos homens em todas as formas de estatismo”¹. Aos 21 conseguiu seu visto para os Estados Unidos onde foi visitar parentes; lá casou-se e ficou até sua morte em 1982, em Nova Iorque. Seu verdadeiro nome é Alissa Rosenbaum. Segundo Jim Powell, em uma breve biografia publicada na página da internet do Instituto Ordem Livre², ela provavelmente mudou de nome por questões de segurança de sua família que vivia na Rússia. Ayn vem de uma escritora finlandesa – que nunca tinha lido – por gostar do som do nome e Rand de sua máquina de escrever, uma Remington Rand. Escreveu peças para o teatro, roteiros de filmes, obras de ficção e filosofia, todas sobre temas voltados à sua luta a favor da liberdade individual e contra o coletivismo e o estado.

Segundo Helio Beltrão, presidente do Instituto Mises Brasil e um dos Fundadores do Instituto Millenium, “Ayn Rand é a musa do libertarianismo moderno”, filósofa de qualidade e importante novelista tendo escrito um dos livros mais influentes de todos os tempos *A Revolta de Atlas (Atlas Shrugged)*. Romance considerado distópico, A Revolta de Atlas foi escrito para projetar a filosofia de Rand, o Objetivismo – que defende fundamentalmente a razão, o individualismo, o egoísmo e o capitalismo – antes que essas ideias tivessem sido propriamente colocadas em um texto filosófico. A heroína da obra é uma engenheira brilhante e herdeira de uma ferrovia transcontinental em luta

¹ (<http://www.bbc.co.uk/dna/ptop/plain/A455311>.

² <http://ordemlivre.org/posts/biografia-ayn-rand--14>.

contra a interferência do governo na economia. Segundo David Kelley, diretor executivo do *Institute for Objectivist Studies*, a mensagem de *A Revolta de Atlas*

[...] é que o capitalismo permite, recompensa e celebra o que há de melhor na natureza humana. E o socialismo, ou qualquer outra forma de coletivismo, não é apenas ineficiente, é imoral. É uma expressão degradante de inveja, malícia, da sede de poder dos poucos que governam e do medo da liberdade dos muitos que se submetem.³

A contar pelo sucesso do livro, principalmente nos Estados Unidos, pode-se dizer que seu propósito vem alcançando êxito. Em pesquisa feita pela biblioteca do Congresso americano e o Book-of-the-Month Club (empresa de venda de livros por correspondência), *A Revolta de Atlas* (*Atlas Shrugged*) foi escolhido o segundo livro que mais influenciou a vida das pessoas, perdendo apenas para a Bíblia, na década de 1990⁴, e sua venda continua significativa, sendo que, no fim dos anos 2000 houve um aumento considerável em suas vendas⁵.

A importância de Ayn Rand no pensamento liberal norte americano atual pode ser avaliado no fato de O Partido Libertário Americano, organizado em 1971 por David Nolan, ter um termo de adesão, o *Princípio da Não Agressão* que é inspirado no princípio moral das "The Letters of Ayn Rand" e cujo programa original tinha os traços que ela mesma defendia nos anos 40. Por outro lado, na economia, a influência de suas ideias pode ser suposta no fato de um de seus principais seguidores, Alan Greenspan, ter sido presidente da Reserva Federal de 1987 (Reagan) a 2006. Tal influência, entre outros fatores, pode ser devida à sua teoria filosófica que tem na ideia de individualismo empreendedor uma figura forte, o que fica evidenciado em suas obras literárias, principalmente na já citada *A Revolta de Atlas* e em outra anterior, na qual foi baseado o filme *Fúria Indomável*, publicada em português com o título de *A nascente*.

Minha filosofia, na sua essência, é o conceito de Homem como um ser heroico, tendo a felicidade como o propósito moral da sua vida, a conquista produtiva como sua mais nobre atividade, e a razão como seu único referencial.

Ayn Rand, *A Revolta de Atlas*.

A obra filosófica de Ayn Rand, segundo a própria autora, surgiu da necessidade de sistematizar suas ideias a favor do individualismo e contra o coletivismo – em defesa do capitalismo – que já apareciam em sua obra literária.

Embora não sendo economista, suas ideias sobre o estado em relação ao mercado a levaram a se afastar da escola austríaca por sua filosofia ser oposta, em alguns aspectos, a de seus

³ <http://ordemlivre.org/posts/biografia-ayn-rand--14>.

⁴ (<http://www.libertarianismo.org/joomla/index.php/academia/arquivonovo/253-biografia/933-ayn-rand>).

⁵ (<https://www.skoob.com.br/livro/resenhas/44605/edicao:48913>).

representantes, entre eles Friedrich Hayek. Essa oposição pode ser percebida na centralidade da razão em sua filosofia. Enquanto Hayek enfatiza a importância de uma certa irracionalidade (inconsciência) como reguladora das relações entre os indivíduos e o mercado, na forma de uma organização espontânea, Rand afirma que a troca está submetida a princípios racionais sendo, ela mesma, o único princípio ético racional para todos os relacionamentos humanos. Outro aspecto dessa oposição poderia ser vista no objetivismo que caracteriza e dá nome à sua filosofia enquanto a escola austriaca afirma a complexidade das escolhas humanas subjetivas, justamente o que faz com que seja extremamente difícil (ou indecidível) a modelação matemática do mercado.

A coletânea de artigos publicada em português sob o título de *A virtude do egoísmo. A verdadeira ética do homem: o egoísmo racional*⁶ apresenta de forma concisa algumas das principais ideias da autora.

A noção de egoísmo, enquanto virtude racional e como ética, é central no pensamento de Rand na medida em que dá sustentação à crítica do altruísmo, próprio aos sistemas coletivistas, e dá argumentos em defesa do individualismo, próprio ao sistema capitalista. Para a autora, o egoísmo se resume à preocupação com os próprios interesses sem que haja aí qualquer julgamento moral e, o que define quais são esses interesses, e se é bom ou mal ocupar-se deles, é a Ética.

No artigo *Os “conflitos” de interesses entre os homens* (RAND, 1991, p.66), a autora apresenta sua noção de interesse: trata-se do interesse de um homem racional, posto que a razão possibilita que não haja conflitos de interesses com outro homem ou homens igualmente racionais, sendo esse um dos princípios da filosofia Objetivista. Para que esse princípio funcione é preciso que se realizem algumas considerações acerca da realidade, do contexto, da responsabilidade e do esforço envolvidos na determinação do que é interesse próprio. A **realidade** se opõe ao desejo (ou sentimentos, emoções ou caprichos) na medida em que este não é um padrão válido de valor e tampouco um critério valido de interesse do homem racional. Não se deseja, necessariamente, o que é bom. O objeto do desejo não corresponde ao objeto do interesse a não ser que não haja entre eles a contradição da realidade representada pelo princípio da identidade. Desejar o contraditório é desejar o impossível, na medida em que “não se pode comer a sobremesa e ao mesmo tempo guardá-la” (RAND, 1991, p.67). Portanto, o conflito de interesses é um problema psicológico e não filosófico. Não há desejo e interesse fora de um **contexto**. “Esquecer o contexto é uma das armas psicológicas da evasão” (RAND, 1991, p.68). O homem racional determina seus interesses no contexto de toda

⁶ A virtude do egoísmo. A verdadeira ética do homem: o egoísmo racional. Porto Alegre: Editora Ortiz/IEE,1991.

uma vida e não quer nada que não possa ser alcançado por seu esforço próprio, direta ou indiretamente (através de trocas). Comercializa valor por valor e nunca busca o imerecido. Quando precisa de outros para alcançar seus interesses conta com a habilidade da persuasão e não foge à **responsabilidade** quanto à situação do mundo, ou seja, não se adapta simplesmente a situações desfavoráveis como se estas escapassem totalmente a seus interesses. E, por fim, o **esforço** próprio de um homem leva a ganhos que não implica em perdas de outro homem e suas realizações não são obtidas ás custas dos que não as alcançaram.

Sendo assim, o altruísmo desequilibraria a dinâmica estabelecida a partir da busca individual e racional pelos próprios interesses. Somente a prática do egoísmo racional poderia garantir esse equilíbrio e a possibilidade da felicidade individual – propósito moral da vida – advinda da conquista dos valores estabelecidos pela busca dos reais interesses próprios. Contrariamente, a ética do altruísmo, ao determinar o egoísmo como mal, leva a consequências devastadoras. Ao colocar o beneficiário dos valores como determinante na definição de uma ação como boa ou má, essa ética conduz à injustiça, a padrões duplos, conflitos e contradições insolúveis (como CULPA e AMBIVALENCIA). Nesse sentido, a moralidade (altruista) é inimiga do homem. Ele não ganha nada com ela, só perde: “perdas auto impostas, dores auto impostas e o manto cinzento e deprimente de uma obrigação incompreensível” (RAND, 1991, p. 16). Assim como ressentimentos mútuos entre homens quando um cede ao outro. Cinismo e culpa são os grandes resultados dessa moral: não se aceita realmente a moral altruísta e tampouco se atreve a contestá-la.

Nesse sentido, a moral altruísta vai contra, inclusive, o valor maior que é a vida⁷:

Dado que a natureza não provê o homem com uma forma automática de sobrevivência, dado que ele tem que sustentar sua vida através de seu próprio esforço, a doutrina que diz que a preocupação com nossos próprios interesses é nociva significa, consequentemente, que o desejo de viver do homem é nocivo – que a vida do homem, como tal, é nociva. Nenhuma doutrina poderia ser mais nociva que esta” (RAND, 1991, p. 16).

Portanto, rebelar-se contra a premissa básica do altruísmo e defender o direito do homem a uma **existência moral racional** implica na aceitação de que “a preocupação com seus próprios **interesses** é a essência de uma existência moral e que o homem deve ser o beneficiário de seus próprios atos morais”.

⁷ A vida de um organismo é o seu padrão de valor: aquilo que a promove é o bem, aquilo que a ameaça é o mal. “É somente um objetivo último, um fim em si mesmo, que faz possível a existência de valores. Metafisicamente, a vida é o único fenômeno que é um fim em si mesmo...”(RAND, 1991, p.24)

A descoberta do valor (bem/mal) se dá a partir de sensações físicas de prazer e dor. O caminho percorrido é : Sensações >Consciência > Cognição> Valoração.

Nesse sentido, para Rand, o único propósito moral adequado a um governo é proteger os direitos individuais do homem, o que significa: protegê-lo da violência física, proteger seu direito à sua própria vida, sua própria liberdade, sua própria propriedade e a busca de sua própria felicidade. Donde decorre que, sem os direitos de propriedade nenhum outro é possível. Por outro lado, a forma como o governo exerce sua função de proteger os indivíduos é através do controle e combate do uso da força e ele o faz detendo o monopólio do uso da força. Dessa forma torna possível a vida social, protegendo benefícios e combatendo o mal que os homens podem vir a fazer uns aos outros.

A vida em sociedade, o estado cumprindo suas funções de proteção, proporciona dois grandes valores ao indivíduo: conhecimento e comércio. Todo homem se beneficia do conhecimento produzido por outros, assim como, tira proveito do trabalho alheio e do que se produz na divisão do trabalho. Numa sociedade “livre, pacífica, benevolente **racional**”, o **princípio da troca** é o único princípio ético racional para todos os relacionamentos humanos. É o princípio da **justiça** que possibilita a convivência. Nesse sentido vai a afirmação de Rand de que a **Teoria ética Objetivista** é a base moral do **capitalismo**.

A matriz psicológica na obra de Gary Becker

Gary Stanley Becker (1930 —2014), economista, foi Professor na Universidade de Chicago ao longo da maior parte de sua carreira docente. Entre muitos outros, ganhou também o Prêmio Nobel de Ciências Econômicas de 1992 "por sua extensão da análise microeconômica para uma ampla gama de comportamento humano e da cooperação humana".

Diferentemente dos dois autores anteriores, a matriz psicológica presente em sua obra não é uma crítica do conhecimento possível na base de uma posterior filosofia política, como em Hayek, ou um modelo moral de inspiração vitalista, como em Ayn Rand. Sua matriz psicológica está presente nos pressupostos de seus modelos econômicos do comportamento humano e se reduz a dois pressupostos bastante simples articulados entre si: o de maximização de utilidade, e o de cálculo racional inerente a qualquer ação humana. Note-se que a principal diferença entre Becker e os outros dois autores é o fato da matriz psicológica funcionar aqui em um regime discursivo diferente do filosófico. Em Becker, o modelo de sujeito se localiza em seus modelos científicos, isto é, são parte de uma construção formalizada para padrões de comportamento. Para ele, o cálculo racional acontece sempre, em qualquer situação. Com base nisto, realiza pesquisas empíricas sobre o comportamento e avalia a pertinência das equações testadas. Contudo, antes de apresentarmos em detalhe e avaliarmos algumas consequências deste modelo de sujeito, façamos uma breve

apresentação de sua obra. Becker relata a origem de sua teoria a partir do desafio de abordar temas da sociologia através do instrumental técnico da economia:

"Na faculdade, fui atraído pelos problemas estudados por sociólogos e as técnicas analíticas utilizadas pelos economistas. Esses interesses começaram a se fundir em meu estudo de doutorado, que utilizou a análise econômica para entender a discriminação racial. Posteriormente, apliquei a abordagem econômica para a fertilidade, a educação, os usos do tempo, crime, casamento, interações sociais, e outros problemas "sociológicos", "legais" e "políticos". Só depois de longa reflexão sobre este trabalho e o volume crescente de trabalhos relacionados por outros que concluí que a abordagem econômica era aplicável a todo o comportamento humano." ("The Economic Approach to Human Behavior" by Gary S. Becker)

De fato, os objetos de suas pesquisas foram frequentemente temas polêmicos, como discriminação, crime, adições. Mas, sua abordagem matemática dos mesmos tem sido, certamente, ainda mais. Por exemplo, duas de suas últimas pesquisas foram estudos sobre as vantagens da legalização do comércio de órgãos de pessoas vivas e de cadáveres e a comercialização de vistos de imigração e autorizações de trabalho por meio de leilões. Ou seja, uma forma de fazer os migrantes pagarem para terem acesso ao mercado de trabalho.

De fato, para este economista, a totalidade do comportamento humano responde senão exclusivamente, pelo menos em princípio, a uma forma de causalidade específica, baseada no cálculo racional de custos e benefícios. Esta aposta teórica permitiu a Becker abordar campos até então restritos à educação, sociologia, psicologia e à política. Seus principais temas foram 1. capital humano conceito que criou para tangenciar o investimento na educação e seus benefícios, 2. A distribuição do trabalho e alocação do tempo dentro das famílias, 3. o crime e o castigo, do ponto de vista dos gastos que representam para a sociedade e, 4. O preço da discriminação racial e de gênero nos mercados de trabalho e bens.

Seu livro mais conhecido, "Capital Humano", significou uma revolução metodológica na área da Economia da Educação:

"Para a maioria de vocês, o capital significa uma conta bancária, ações da IBM, linhas de montagem, ou usinas de aço na área de. Estas são todas as formas de capital no sentido de que eles geram renda e outros resultados úteis durante longos períodos de tempo. Mas, vou falar sobre um tipo diferente de capital. Escolaridade, um curso de formação de computador, despesas com assistência médica e palestras sobre as virtudes da pontualidade e honestidade são também capital, no sentido de que eles melhoram a saúde, aumentam os lucros, ou incrementam a apreciação da literatura à maior parte da vida de uma pessoa" (Human Capital)

O Capital Humano, diferentemente das formas materiais de capital, não pode ser separado do indivíduo, uma vez que, ao transformá-lo, passa a fazer parte deste último:

“(isto) significa que o processo de investimento ou desinvestimento em capital humano, muitas vezes altera a própria natureza de uma pessoa: o treinamento pode mudar um estilo de vida, por exemplo, aquele de desemprego constante para aquele de ganhos estáveis e bons, ou (inversamente) beber continuamente pode destruir uma carreira, saúde, e até mesmo a capacidade de pensar com clareza.

(from "The Economic Way of Looking at Behavior: The Nobel Lecture (Essays in Public Policy)" by Gary Stanley Becker)

Trata-se sem dúvida do conceito mais conhecido e utilizado do autor. Inicialmente, bastante criticado pela concepção do humano nele presente, tornou- se ao longo de poucas décadas um conceito popular a ponto de constar na pauta do programa de Bush e Clinton.

“O capital humano é tão incontroverso hoje em dia que pode ser difícil apreciar a hostilidade nos anos 1950 e 1960 para com a abordagem que acompanha o termo. O próprio conceito de capital humano foi acusado de ser humilhante porque ele tratava as pessoas como máquinas. Abordar a escolaridade como um investimento e não como uma experiência cultural foi considerada insensível e extremamente estreito”

(from "The Economic Way of Looking at Behavior: The Nobel Lecture (Essays in Public Policy)" by Gary Stanley Becker)

Becker também realizou estudos e fortaleceu a área da “Nova Economia Doméstica” que leva em conta o impacto na organização familiar do aumento de mercado de trabalho para as mulheres. Em suma, como em outros campos do comportamento humano, para Becker, a família é também abordada como uma unidade produtiva economicamente, e, como tal, submetida a uma lógica de custos e benefícios esperados de cada uma de suas ações, quaisquer que sejam elas, como por exemplo, ter um filho a mais, colocar os idosos no asilo, comprar um carro novo, etc.

Enfim, antes de examinarmos com maior atenção o lugar e a natureza da matriz psicológica implícita em suas pesquisas econômicas, cabe mencionar que a fortuna de suas equações sobre o comportamento humano não se restringiu a processos sociais e têm sido sistematicamente utilizadas como modelos de padrões de fenômenos em áreas de pesquisa bastante distantes, como a linguística, a sociobiologia, a ecologia e outras:

“Um grande apoio é fornecido pela extensa literatura desenvolvidos nos últimos vinte anos que usa a abordagem econômica para analisar um conjunto quase infinitamente variado de problemas, incluindo a evolução da linguagem (Marschak 1965), a freqüência de fiéis à igreja (Azzi e Ehrenberg 1975), a pena capital (Ehrlich 1975), o sistema legal (Posner 1973, Becker e Landes 1974), a extinção de animais (Smith 1975), e a incidência de suicídio (Hamermesh e Soss 1974)” (from "The Economic Approach to Human Behavior" by Gary S. Becker)

Apresentação

Feita esta breve apresentação geral, passemos agora ao que interessa. Em *The Economic Approach to Human Behavior* Gary S. Becker explicita seus princípios epistemológicos. Em primeiro lugar, o que define a ciência econômica é seu método, e não seus objetos:

“Creio que o que mais distingue a economia como uma disciplina das outras disciplinas das ciências sociais não é seu objeto, mas a sua abordagem. (“The Economic Approach to Human Behavior” Gary S. Becker)

Em segundo lugar, que mais do que outras abordagens acadêmicas, a economia assume a presença de um comportamento específico, em qualquer ação humana, a saber aquele da maximização, seja maximização da utilidade, da riqueza e patrimônio doméstico, do governo, etc.:

Todos reconhecem que a abordagem econômica assume o comportamento de maximização de forma mais explícita e extensivamente do que outras abordagens, seja a função de utilidade ou do patrimônio do lar, empresa, sindicato ou do governo que é maximizada. (“The Economic Approach to Human Behavior” Gary S. Becker)

Em terceiro lugar, que a abordagem econômica assume a existência de mercado que coordenam as ações de diferentes participantes, - sejam eles indivíduos, empresas, ou nações, de modo que o comportamento destes se torna mutuamente consistente:

Além disso, a abordagem econômica pressupõe a existência de mercados que, com diferentes graus de eficiência, coordenam as ações dos diferentes participantes -indivíduos, empresas, até mesmo nações- de modo que seu comportamento torna-se mutuamente consistente. (“The Economic Approach to Human Behavior” Gary S. Becker)

E finalmente, Becker explicita o que sua teoria assume quanto à matriz psicológica das pessoas, isto é, aquilo que ele chama da existência de preferências fundamentais. Não se trata, para a economia, a questão de como estas preferências são formadas, apenas assume-se que estas sejam estáveis e uniformes entre diferentes culturas:

“Uma vez que os economistas geralmente tiveram pouco a contribuir, especialmente nos últimos tempos, para a compreensão de como as preferências são formadas, assumimos que as preferências não se alteram substancialmente ao longo do tempo, nem são muito diferentes entre as pessoas ricas e pobres, ou mesmo entre pessoas em diferentes sociedades e culturas” (“The Economic Approach to Human Behavior” Gary S. Becker)

Tais preferências fundamentais dizem respeito, segundo Becker, não a bens de mercado, como laranjas, carros ou cuidados médicos, mas a objetos de escolha produzidos por cada lar que os utiliza, a seu tempo. Note-se que não há nesta ideia uma nomeação das preferências fundamentais de cada pessoa, lar ou empresa, apenas que estas “unidades de interesse” como ele virá a nomear tais

categorias, constroem para si suas preferências fundamentais.

“Estas preferências subjacentes são definidas sobre aspectos fundamentais da vida, tais como a saúde, o prestígio, o prazer sensual, a benevolência, ou a inveja, que nem sempre carregam uma relação estável a bens e serviços de mercado” (“The Economic Approach to Human Behavior” Gary S. Becker)

Finalmente, conclui Becker, “os pressupostos combinados de comportamento maximizador, equilíbrio de mercado e preferências estáveis, usado incansavelmente e com firmeza, constituem o coração da abordagem económica como eu o vejo.” (“The Economic Approach to Human Behavior” Gary S. Becker)

Vejamos agora mais detidamente sua concepção psicológica. Note-se, primeiramente, que a pressuposição que as decisões sejam consideradas como racionais, não implica para Becker que elas sejam conscientes para o sujeito, ou que este possa descrever suas razões justificando as mesmas. Isto está, segundo ele, de acordo com a distinção entre funções latentes e manifestas feitas pela sociologia, e pela noção de subconsciente da “moderna psicologia”:

“Além disso, a abordagem econômica não assume que as unidades de decisão sejam necessariamente conscientes de seus esforços para maximizar ou que possam verbalizar ou de alguma outra forma descrever de forma informativa os padrões sistemáticos de seu comportamento. Assim, ela é consistente com a ênfase no subconsciente da psicologia moderna e com a distinção entre as funções manifestas e latentes em sociologia (Merton, 1968)”. (from “The Economic Approach to Human Behavior” by Gary S. Becker)

Além disso, sua abordagem econômica não assume diferenças entre grandes e pequenas decisões, como por exemplo as decisões envolvendo vida e morte a aquela entre uma marca de café e outra, entre escolher um par e decidir o número de filhos que se terá e aquela de comprar um quadro:

“Além disso, a abordagem econômica não faz distinções conceituais entre as decisões maiores e menores, tais como as que envolvem a vida e a morte em oposição à escolha de uma marca de café; ou entre decisões que supostamente envolvem emoções fortes e aquelas com pouco envolvimento emocional, como na escolha de um companheiro ou o número de crianças, em oposição à aquisição de pinturas; ou entre decisões feitas por pessoas com diferentes rendimentos, educação, ou antecedentes familiares. (from “The Economic Approach to Human Behavior” by Gary S. Becker)

Esta forma geral para todo e qualquer psiquismo permite uma ampliação inédita do campo da economia.

Na verdade, *afirma Becker*, eu cheguei à conclusão de que a abordagem econômica é uma abordagem abrangente, aplicável a todo o comportamento humano, seja ele um comportamento envolvendo preços de dinheiro ou preços inclusos indiretamente, decisões repetitivas ou pouco frequentes, grandes ou pequenas, com objetivos emotivos ou mecânicos , pessoas ricas ou pobres, homens

ou mulheres, adultos ou crianças, pessoas brilhantes ou estúpidas, pacientes ou terapeutas, empresários ou políticos, professores ou alunos". (from "The Economic Approach to Human Behavior" by Gary S. Becker)

Discussão

Passemos agora às considerações, primeiramente sobre a natureza, isto é, sobre sua essência, em seguida sobre o lugar epistêmico, e, finalmente, sobre as implicações sociais e políticas desta matriz psicológica.

Natureza

Quanto à sua natureza, fundamentalmente esta matriz psicológica se resume a ideia de maximização de utilidade, a qual tem em seu bojo, duas facetas: aquela de seu motor, a saber, as preferências fundamentais, e aquela de seu método, a saber, a racionalidade calculista. Vejamos o exemplo do fumante comentado por Becker:

"Portanto, uma pessoa pode ser um fumante pesado ou tão comprometida com o trabalho a ponto de não fazer nenhum exercício, não necessariamente porque ela é ignorante das consequências ou "incapaz" de utilizar as informações que possui, mas porque o tempo de vida perdida não vale a pena o custo de parar de fumar ou trabalhar menos intensamente. Estas seriam decisões insensatas se uma vida longa fosse o único objetivo, mas enquanto existirem outros objetivos, eles poderão ser conscientes e, neste sentido, "sensatos". De acordo com a abordagem econômica, portanto, a maioria (se não todos!) mortes são, em certa medida "suicídios" no sentido de que elas poderiam ter sido adiadas se mais recursos fossem investidos no prolongamento da vida. Isto não só tem implicações para a análise do que são normalmente chamados suicídios,¹⁵ mas também põe em causa a distinção comum entre suicídios e mortes "naturais". Mais uma vez, a abordagem econômica e psicologia moderna chegaram a conclusões semelhantes desde que a última enfatiza que um "desejo de morte" está por trás de muitas mortes "acidentais" e outras alegadamente devido a causas "naturais"."

(from "The Economic Approach to Human Behavior" by Gary S. Becker)

Lugar epistêmico

Quanto ao lugar epistêmico, a matriz psicológica, no caso de Gary Stanley Becker, não é um objeto que resulte de uma construção teórica. Diferentemente de Hayek, onde a matriz psicológica é objeto de um argumento, ou de Ayn Rand onde ela é uma injunção de fundo moral, em Becker a matriz psicológica é um pressuposto metodológico. Seu lugar na teoria é parte do método, isto é, faz parte de pressupostos que não se oferecem como objeto de discussão e contenda. De fato, a assunção de que as ações humanas sejam *sempre e exclusivamente racionais* funciona como uma *petição de princípio*. Neste lugar de exceção, a matriz psicológica beckeriana se expressa em uma peculiar dinâmica.

Segundo Becker, todos os comportamentos humanos não imediatamente compreensíveis por

esse pressuposto *devem ser* classificados como “ignorância” pelo estudioso, em vez de propor hipóteses sobre os motores do comportamento diferentes da racionalidade calculadora.

"Eu não estou sugerindo que a abordagem econômica seja usada por todos os economistas para todo o comportamento humano ou mesmo pela maioria dos economistas para a maioria destes comportamentos. De fato, muitos economistas são abertamente hostis a todas as aplicações exceto as tradicionais. Além disso, os economistas não conseguem resistir à tentação de esconder a sua própria falta de compreensão atrás de alegações de comportamento irracional, ignorância desnecessária, loucura, mudanças ad hoc em valores, e assim por diante, o que é simplesmente reconhecer a derrota sob o disfarce de julgamento bem pesado."

(...)

"Eu não quero sugerir que conceitos como o ego e o id, ou normas sociais, não têm qualquer conteúdo científico. Apenas que eles são matérias tentadoras, tal como são os conceitos na literatura econômica, para explicações ad hoc e inúteis do comportamento" (from "The Economic Approach to Human Behavior" by Gary S. Becker)

O resultado é duplo: por um lado, outras formas de causalidade psíquica são descartadas a priori sem justificativa e, por outro, quando um fenômeno encontra uma explicação a partir deste pressuposto, ele o confirma como verdadeiro e eficaz. Assim, quando não dá certo, o pressuposto não se torna questionável, quando dá, ele se vê confirmado. Conclusão: em nenhum dos dois momentos, ele é de fato, investigado. Ora, comparativamente aos dois outros autores, tal posição confere à matriz psicológica de Becker um funcionamento prescritivo e normativo consideravelmente maior, pois exclui – forclui diria Lacan- qualquer outro tipo de argumento.

Implicações políticas

Do ponto de vista de suas implicações políticas, minha tese é que o monopólio de tal visão exclusivamente racional do sujeito funciona como um elemento alienante e encobridor de sua submissão passiva ao “conjunto de escolhas possíveis”.

Becker define a economia como método de abordar todo e qualquer comportamento humano. De fato, este método venceu, isto é, cresceu em relação a outros métodos sociológicos e psicológicos na cultura, nas ciências e na política. Basta lembrar a frase jocosa utilizada pelos jornais norte americanos para explicar uma certa queda na popularidade do então candidato à Presidência Bill Clinton: “*It's the economy, stupid*”. Em tradução livre: É o programa econômico, estúpido, e não as promessas sociais que irão te eleger! Não há dúvida que o método de Becker implicou uma revolução epistemológica sem precedentes nesta e em outras ciências sociais. Contudo, trata-se de

um método que, ao definir o comportamento exclusivamente como “escolha racional entre objetivos excludentes visando a maximização de utilidades”, traz consigo um olhar sobre o humano que chama mais atenção por aquilo que ele exclui do que por aquilo pelo que ele se define.

Com efeito, a racionalidade avaliativa e estratégica, a sagacidade colocada em função da maximização do interesse do indivíduo, em última instância, pode ser remontada à *métis* grega, tão bem ilustrada pela inteligência oblíqua de Ulisses. A novidade não está na escolha desta virtude para a definição do humano. A novidade está na exclusão de outros discursos que fariam uma alternância e que limitariam esta forma exclusiva de olhar o humano. Por exemplo, o discurso do respeito a priori pela coisa pública, por aquilo que, ao pertencer a todos, não pertence a mim, não pode ser utilizado para meu cálculo, uma vez que “respeito pelo outro como um fim em si mesmo” é uma afirmação sem sentido na matriz psicológica em questão. Por exemplo, o respeito a priori pelo valor moral, no qual o discurso jurídico se funda tampouco tem lugar aqui.

Esta concepção exclusivamente racionalista do comportamento humano é fundamentalmente a-social. Pois isolado destes outros discursos, funcionando de modo exclusivo e excludente em relação a estes, o “cálculo racional entre as escolhas existentes” só pode derivar em uma forma peculiar de cinismo. Trata-se contudo, segundo penso, de um cinismo profundamente dócil e passivo, contrariamente à faceta homogeneamente egoísta do *homo economicus* gosta de tomar como seu reflexo, e contrariamente à imagem de si exclusivamente ativa promovida pela retórica do indivíduo-empresa. Esta é contudo uma faceta que não se revela facilmente. Vejamos inicialmente dois destes silenciamentos do método econômico. Para tanto, retomemos aqui aquela que foi talvez a sua melhor defesa política fora do círculo de seus autores e seguidores. Trata-se da reflexão sobre o inegável interesse das posições teóricas do neoliberalismo para a dissolução do poder disciplinar feita por Michel Foucault em *O nascimento da biopolítica*.

Foucault, sublinha um duplo descarte, uma dupla obsoletização do poder disciplinar: por um lado, a faceta estatal e política, por outro a faceta psicológica. Foucault vê nesses dois silenciamentos uma possibilidade insuspeitada de emancipação. Interessado em pensar o governo fora da gramática disciplinar, Foucault toma como seu objeto de reflexão a tradição liberal e neoliberal. Com efeito, Foucault vê no modelo racional do neoliberalismo um modo de interrogar e se opor, por assim dizer, de modo sorrateiro à razão de Estado. Não se trata, na visão neoliberal de questionar a legitimidade ou não das ações do estado, mas simplesmente questionar sua utilidade, os efeitos de suas ações (Lagrasnerie, 149). Trata-se de uma subversão silenciosa do poder disciplina:

“Pouco importa, escreve Foucault, que este direito [de cobrar ou suspender

um imposto] seja legítimo ou não em termos de direito, o problema é de saber quais efeitos isso tem e se esses efeitos são negativos. Será nesse momento que se dirá que o imposto em questão é ilegítimo ou, em todo caso, que ele não tem razão de ser. Mas será sempre no próprio interior deste campo de prática governamental q em função de seus efeitos, não em função daquilo que poderia fundá-la em direito que a questão econômica será colocada.” (Foucault, 17).

Quanto à faceta psicológica do neoliberalismo, esta interessa Foucault na medida em que ela é incompatível com a associação da função-psi, isto é, psiquiatras, e psicanalistas, e as ferramentas que esta forneceu ao sistema disciplinar. Com efeito, a ideia que o crime é uma ação puramente racional, organizada em torno de um cálculo custo-benefício, invalida o discurso que associa o criminoso a um anormal, um caso de desvio de personalidade que justifica, para além da penalidade, igualmente um tratamento e uma normatização, tal como bem ilustra, o filme *Laranja Mecânica*, Stanley Kubric, entre muitos outros. A consideração dos indivíduos como sendo sempre, a priori, racionais e responsáveis cognitivos por seus atos, invalida a separação e a classificação entre normais e anormais. A infração é de certo modo horizontalizada pela régua do cálculo:

“(...) não há nenhuma diferença, escreve Foucault, entre uma infração ao código de trânsito e um assassinato premeditado. Isso quer igualmente dizer que o criminoso não é de modo algum marcado ou interrogado, nesta perspectiva, a partir de traços morais ou antropológicos. Ele não é diferente de nenhum outro.” (Foucault, 264).

Mais do que nas pesquisas do próprio Becker, há na apropriação política de suas pesquisas uma assunção tácita, ie, não questionada de que aquilo que “é”, é também aquilo que “deve ser”. A educação, por exemplo, é, de fato o maior fator para o nível de salários e proveitos, mesmo eliminando as variáveis evidentes como “pais ricos”. Contudo, a maximização do patrimônio não é de fato questionada como sendo o alvo primeiro da vida humana. Tampouco, essa assunção leva em conta a lógica da ideologia do trabalho nos tempos atuais, altamente inspirada no modelo publicitário de persuasão, presente em tal valorização dos ganhos pela educação. Pelo contrário, ele supõe uma lucidez cínica do oprimido diante da realidade de sua opressão e suas possibilidades de maximização de utilidade. O sujeito aqui suposto pode ser ilustrado por um singular personagem de Matrix, Cypher o traidor: “Sei que esse bife é virtual,- diz ele enquanto abocanha um suculento pedaço de carne,- mas ele é delicioso assim mesmo”, completa, engolindo o fato. Contudo, essa aparente potência, essa capacidade deliberativa e a liberdade de escolha no jogo da maximização do prazer possível, se tornam tristemente medíocres quando se dá um passo para trás e se considera o contexto da fala. O problema não é a virtualidade do sabor do bife, sua falsidade, que já está escancarada e em plena luz, mas sua função anestesiante, sua lógica sonífera, a qual permanece em silêncio. De fato, o

nome do personagem não deixa dúvidas sobre a função desta ideologia da lucidez cínica: Cypher, ciframento, velamento e sono são possíveis traduções de Lethe, nome da deusa grega do encobrimento e do adormecimento, o nome de Cypher se revela assim adequado ao seu personagem, como um convite à entrega passiva e total do escravo ao Senhor. Assim pensada, tal matriz psicológica torna-se problemática, e uma dúvida paira sobre a natureza inquestionada dessa racionalidade e dessa maximização da utilidade supostas em cada unidade intencional. Este modelo de sujeito é aquele presente na base dos discursos de investimento em si e de autopromoção: somos sujeitos de interesse dotados de uma racionalidade estratégica, de uma inteligência social e situacional. Contudo, podemos ver igualmente uma docilidade fundamental em tal concepção de sujeito, uma docilidade recoberta por sua face oficial e reconhecida como homogeneousemente ativa. Assim, não cabe nessa matriz psicológica a dúvida sobre o quadro geral das possibilidades de escolha oferecidas, não cabe a desconfiança do cardápio de opções oferecido. Se isso acontecer, será também fruto de um cálculo racional, supostamente ativo e autônomo...

Ora, tal passividade diante do cardápio de escolhas racionais é igualmente discernível na releitura que Becker faz do equilíbrio de forças políticas no interior de uma democracia. Becker está interessado em avaliar até que ponto um grupo minoritário ou mais fraco politicamente se deixa oprimir por um outro. O exemplo dado por Becker é o grande filme japonês “Os sete samurais”. Segundo o modelo que adota, a relação entre explorador e explorado são sempre equilibradas, mas este equilíbrio da balança se realiza segundo fatores diferentes: enquanto os benefícios do explorador ocorrem de modo linear, a resistência do explorado ocorre de modo exponencial. Algo como uma equação na qual de um lado, tenhamos uma função aritmética e no outro uma função com uma potência. A priori, o resultado será sempre um equilíbrio. No caso, aquele da exploração. Exemplo: uma taxa mensal é cobrada pela máfia local dos donos do bar e da loja de roupa por sua “proteção”. Se a taxa for razoável, os comerciantes a pagarão docilmente por tempo indefinido. Contudo, se por qualquer motivo, - como por exemplo, aumento da repressão policial ao tráfico de drogas e consequente queda de provento, - o grupo mafioso aumentar seus impostos acima de um certo nível, mais precisamente, o nível que comprometa a sobrevida e a sustentabilidade do comércio, os explorados começarão a resistir, se auto organizando para defesa armada e/ou contratando grupos de mercenários para se defenderem dos antigos “defensores”.

A sabedoria racional do mercado indica então a justa estratégia aos mafiosos defensores. Cabe, segundo esta sabedoria racional, que os mafiosos estudem muito bem economia doméstica de seus explorados antes de arriscarem-se a aumentar suas taxas de proteção na ignorância. Pois só este

conhecimento permitirá elevar as taxas de proteção até seu limite ótimo, que é aquele imediatamente antes do nível crítico. Com efeito, se ficarem muito abaixo deste, estarão perdendo dinheiro, mas se o ultrapassarem, perderão muito mais dinheiro, eventualmente, todo ele.

Estranha filosofia política, onde a gestão da paz social depende da justa avaliação do custo oportunidade dos exploradores sobre os explorados, ou seja, quanto custará aproveitar a oportunidade de explorar um pouco mais o explorado.

Referências:

- BECKER, G. S. Health as human capital: synthesis and extensions. Oxford Economic Papers, Oxford, n. 59, p.379-420, 2007
- _____. The Economic Approach to Human Behavior. Chicago: The University of Chicago Press, 1976
- _____. The Economic Way of Looking at Behavior: The Nobel Lecture. Chicago: Department of Economics, University of Chicago, 1992
- FOUCAULT, M. Nascimento da Biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HORWITZ, S. From The Sensory Order to the Liberal Order: Hayek's Non-rationalist Liberalism. In: Review of Austrian Economics, 13: 23–40, 2000
- HAYEK, F. A. The Road to Serfdom. Chicago: The University of Chicago Press, 1944
- _____. Individualism and Economic Order. Chicago: The Universitt of Chicago Press, 1948
- _____. (1952) O caminho da servidão / F. A. Hayek. – São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010
- RAND, A. A virtude do egoísmo. A verdadeira ética do homem: o egoísmo racional. Porto Alegre: Editora Ortiz/IEE, 1991.
- _____. A revolta de Atlas. São Paulo: Arqueiro, 2012.

